




A UNIVERSIDADE PÚBLICA MOÇAMBICANA E A SUA COMUNIDADE: OFERTA FORMATIVA EXCLUDENTE E (IM)POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL¹

*THE MOZAMBIC PUBLIC UNIVERSITY AND ITS COMMUNITY:
EXCLUDENT TRAINING OFFER AND (IM)POSSIBILITY OF SOCIAL PARTICIPATION*

*LA UNIVERSIDAD PÚBLICA DE MOZAMBIC Y SU COMUNIDAD:
OFERTA FORMATIVA EXCLUDENTE Y (IM)POSIBILIDAD DE PARTICIPACIÓN SOCIAL*

 **Leonel Elias Bene**
Mestre em Educação
Universidade Púnguè – UniPúnguè.
Cidade de Tete, Tete – Moçambique.
leonel.bene@gmail.com

Resumo: O presente artigo procura refletir sobre a universidade e a comunidade onde se encontra inserida. Por um lado, destaque é dado para a oferta formativa e para as possibilidades que são colocadas para os futuros alunos. Por outro lado, analisam-se as possibilidades de participação social da comunidade onde as mesmas se encontram inseridas. Neste sentido, examinam-se os processos atinentes à implantação da universidade em Moçambique e sua evolução, bem como as vagas disponibilizadas para a sua frequência. A pesquisa tem um carácter exploratório e descritivo cujo mote está assente no levantamento documental e bibliográfico. Os resultados apontam que a maior parte das vagas (58,4%) disponibilizadas pelas instituições de ensino superior com a denominação legal de universidade são reservadas a uma modalidade que implica o pagamento de taxas e/ou mensalidades, o que significa, de certa forma, a derrocada do público para dar lugar à privatização silenciosa. No mais, essa tendência privatista é efetuada sem olhar para a condição social da maioria dos alunos, o que faz com se torne numa instituição excludente. Conclui-se, deste modo, que há necessidade de uma maior participação no processo de tomada de decisões para a intercessão entre universidade e sua comunidade, permitindo, deste modo, maior participação social.

Palavras-chave: universidade; comunidade; acesso à educação superior; Moçambique.

Abstract: This article seeks to reflect on the university and the community in which it is located. On the one hand, emphasis is given to the training offer and the possibilities that are offered to future students. On the other hand, it analyses the possibilities for social participation in the community in which they are located. In this sense, it examines the processes relating to the establishment of the university in Mozambique and its evolution, as well as the vacancies available for its attendance. The research has an exploratory and descriptive nature whose motto is based on documentary and bibliographical research. The results indicate that the majority of places (58.4%) made available by higher education institutions with the legal name of university are reserved for a modality that involves the payment of fees and/or monthly fees, which, in a certain way, means the collapse of the public to give way to silent privatization. Furthermore, this privatist trend is carried out without considering the social condition of many students, which makes it an exclusionary institution. It is concluded, therefore, that there is a need for greater participation in the decision-making process for intercession between the university and its community, thus allowing greater social participation.

Keywords: university; community; access to higher education; Mozambique.

Resumen: Este artículo busca reflexionar sobre la universidad y la comunidad en la que se ubica. Por un lado, se da énfasis a la oferta formativa y las posibilidades que se ofrecen a los futuros estudiantes. Por otro lado, se analiza las posibilidades de participación social en la comunidad en la que se ubican. En este sentido, examina los procesos relacionados con el establecimiento de la universidad en Mozambique y su evolución, así como las vacantes disponibles para su asistencia. La investigación tiene un carácter exploratorio y descriptivo cuyo lema se basa en la investigación documental y bibliográfica. Los resultados indican que la mayoría de las vacantes (58,4%) ofertadas por las instituciones de educación superior con denominación legal de universidad están reservadas para una modalidad que implica el pago de tasas y/o cuotas mensuales, lo que en cierta manera significa el colapso de que el público dé paso a una privatización silenciosa. Además, esta tendencia privatista se lleva a cabo sin tener en cuenta la condición social de la mayoría de los estudiantes, lo que la convierte en una institución excluyente. Se concluye, por tanto, que existe la necesidad de una mayor participación en el proceso de toma de decisiones de intercesión entre la universidad y su comunidad, permitiendo así una mayor participación social.

Palabras clave: universidad; comunidad; acceso a la educación superior; Mozambique.

Para citar - (ABNT NBR 6023:2018)

BENE, Leonel Elias. A universidade pública moçambicana e a sua comunidade: oferta formativa excludente e (im)possibilidade de participação social. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, n. 69, p. 1-14, e25239 abr./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n69.25239>

¹ Texto pensado, inicialmente, para compor um dos capítulos de livro com o título “Universidade Crescendo com a Comunidade” que seria editado pela Universidade Púnguè em 2022.



Introdução

O surgimento da universidade pública em Moçambique remonta ao ano 1962, com a criação dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique (EGUM), em pleno regime colonial. Essa instituição era marcadamente elitista, a julgar pela grande maioria dos que a frequentavam, caracterizada por “colonos e seus filhos”. A título de ilustração, após a independência nacional, “apenas 40 estudantes, que correspondiam a cerca de 2% do total, eram negros moçambicanos” (Mechisso, 2017, p. 28 *apud* Mechisso, 2020, p. 354).

Com a independência nacional em 1975, essa instituição, que já havia sido transformada em universidade com a denominação de Universidade de Lourenço Marques (1968), é rebatizada, passando a se designar Universidade Eduardo Mondlane (1976), em homenagem a Eduardo Chivambo Mondlane, fundador da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), um movimento que lutou pela independência de Moçambique. O movimento surge em razão da aglutinação de três movimentos que lutavam pela autodeterminação do território que hoje se denomina República de Moçambique, outrora província ultramarina portuguesa.

Tal como em muitas outras universidades das então colônias portuguesas que atingiram as independências nacionais em meados da década de 1970, em Moçambique, a primeira década da independência foi marcada pela existência de uma única universidade, criada durante o período colonial (Silva, 2018, p. 216).

Passados mais de 40 anos da independência nacional, nota-se o registro de melhorias significativas tanto em termos de acesso quanto da expansão das Instituições de Ensino Superior (IES) em Moçambique, que progrediu de uma IES quando da independência nacional para as atuais 53. A expansão das IES em Moçambique permitiu em 2021 que a universidade pudesse matricular 230.151 estudantes nos mais variados cursos, de acordo com os dados disponíveis no *Site* do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Moçambique, 2021a; 2021b). A expansão territorial transcendeu até ao nível das capitais provinciais e sede de alguns distritos do país, o que demonstra uma maior preocupação do governo em garantir o acesso ao Ensino Superior.

A intenção deste texto é contribuir com reflexões sobre o Ensino Superior (ES) no que diz respeito à oferta formativa, em especial, e do relacionamento desta com o espaço envolvente. No mesmo sentido, este estudo é resultado de um projeto maior, que visa a produzir mais pesquisas e reflexões sobre a questão do ES em Moçambique. Os dados e análises patentes neste texto podem ajudar os tomadores de decisão a refletirem melhor sobre os caminhos de ofertas formativas que estão sendo seguidos pelo Ensino Superior em Moçambique.

Para dar resposta aos objetivos propostos, foi realizada uma revisão bibliográfica e documental, constituindo, deste modo, a base da presente pesquisa. A revisão bibliográfica tinha em vista estabelecer um ancoramento teórico e identificar os artigos que refletissem sobre a forma como as universidades impactam na vida da comunidade onde se encontram inseridas, sobre a questão do ensino superior no país e sobre os principais desafios a que está sendo imposto. Para permitir a identificação das fontes bibliográficas, foi inicialmente efetuado um levantamento por intermédio do Google Acadêmico. Foram feitas buscas de artigos de revistas indexadas e com menos de cinco anos desde sua publicação (2018-2022), dado o fato de se mostrarem atualizadas e porque o saber se encontra em permanente aperfeiçoamento (Costa; Costa, 2015). Os resultados das buscas apontaram a existência de 137 artigos em revistas com revisão de pares. Uma vez identificados, procedeu-se à análise temática e à leitura dos resumos. A intenção era entender o conteúdo discutido nos mesmos. A partir dessa leitura, passou-se para a fase da leitura integral de 19 textos. Contudo, *a posteriori* foram efetuadas leituras adicionais fora do período supramencionado, por entender que os artigos identificados emprestavam um outro olhar sobre a temática em discussão. Para a busca das fontes, tomou-se em consideração os seguintes descritores: Universidade Pública, Comunidade, Acesso ao Ensino Superior, Moçambique.

No que diz respeito à pesquisa documental, foram selecionados, num estágio inicial, documentos que estabelecem as bases normativas do Ensino Superior. A leitura desses documentos tinha em vista perceber até que ponto as políticas que vem sendo relatadas por outros pesquisadores se encontram associadas ao contexto atual do ensino superior no país. Posteriormente, trabalhou-se com os editais de acesso ao Ensino Superior com o objetivo de entender quais vagas que foram disponibilizadas pelas IES públicas com a denominação de Universidade para o ano letivo de 2022.

Do ponto de vista estrutural, o trabalho é composto dos seguintes elementos, para além desta introdução e das considerações finais: apresenta num primeiro momento uma discussão sobre a gênese do ES em Moçambique, sua evolução e a sua inserção no contexto nacional. Já no segundo momento, analisa-se a oferta formativa com base nos editais de Exames de Admissão para o Ensino Superior referente ao ano 2022. Por fim, nas considerações finais, faz-se um rescaldo dos principais achados da pesquisa.

A fundação da Universidade em Moçambique, sua tendência expansionista e o papel social da universidade

A primeira Instituição de Ensino Superior (IES) em Moçambique surge na então Cidade de Lourenço Marques, onde se localizava a sede do governo ultramarino (tendo em vista que nesta altura o país era uma província ultramarina Portuguesa), atual Cidade de Maputo, capital do país. Ela foi criada por intermédio de um decreto colonial em 1962, com a denominação de Estudos Gerais Universitários de Moçambique (EGUM), e posteriormente foi transformada em Universidade de Lourenço Marques (1968). Atualmente, denomina-se Universidade Eduardo Mondlane (UEM), uma nomenclatura batizada após a independência nacional do país em 1975. Nessa sequência, a universidade possui alguns *campi* fora da capital do país, Maputo, onde se localiza sua sede. Essa expansão decorre do processo de expansão universitária e, consequentemente, da interiorização e democratização do acesso à Educação Superior em âmbito nacional, que levou a universidade para fora da capital do país.

A história do surgimento dessa universidade se vincula à história das efemérides sobre o nascimento do Ensino Superior em Moçambique. A primeira década da independência nacional (1975-1985) é marcada pela existência de apenas uma IES, fato que veio a ser revertido na segunda década, com a entrada em funcionamento de mais duas IES, perfazendo três instituições. Trata-se do então Instituto Superior Pedagógico (ISP), criado em 1985 (posteriormente batizada de Universidade Pedagógica e atualmente Universidade Pedagógica de Maputo), e do Instituto Superior de Relações internacionais (atualmente Universidade Joaquim Chissano). A Universidade Pedagógica (UP) chegou a expandir os seus *campi* para todas as províncias do país, algo que não havia sido feito por nenhuma IES pública, cuja expansão em território nacional demonstrava ser bastante letárgica e com características bastante elitistas. Em 2019, a UP, que já tinha os seus *campi* em todas as províncias do país, foi retalhada por decretos do Conselho de Ministros, tendo dado origem a cinco novas universidades, nomeadamente: a Universidade Pedagógica de Maputo, a Universidade Save, a Universidade Licungo, a Universidade Púnguè e a Universidade Rovuma (Bene *et al.*, 2022).

Próximo do término da segunda década da independência nacional (1986-1995), começam as tendências de expansão das IES para fora da capital do país Maputo, com a instalação da então Delegação da Universidade Pedagógica na Cidade da Beira e da criação da Universidade Católica de Moçambique na mesma cidade. Neste sentido, pode-se afirmar que a expansão do acesso e do número de IES em território nacional começa a ser sinalizada em meados da década de 1990, inicialmente como resultado da aprovação da Constituição de 1990, que consagra Moçambique como um Estado de direito democrático e, posteriormente, com a

aprovação da Lei n.º 6/92 de 6 de Maio (Lei do Sistema Nacional de Educação), que abre espaço pela primeira vez à entrada de atores não-estatais no provimento da educação nesse subsistema (Bene *et al.*, 2022; Matos; Mosca, 2009; Langa, 2012; Langa, 2014). Contudo, o circuito da entrada destes atores na oferta da educação superior tem seu ponto de origem com a aprovação da Primeira Lei do Ensino Superior em Moçambique (Langa, 2012). Trata-se da Lei 1/93 de 24 de junho, que regula pela primeira vez a atividade do Ensino Superior na República de Moçambique (Moçambique, 1993). Com a sua aprovação,

Assistiu-se, então, a partir de 1994/5 ao estabelecimento de instituições privadas de ensino superior. Em 1995 estabeleceu-se a Universidade Católica de Moçambique (UCM) e o Instituto Superior Politécnico e Universitário (ISPU). Em 1998 foram estabelecidos o Instituto Superior de Ciência e Tecnologia de Moçambique (ISCTEM) e a Universidade Mussa Bin Bique. Em 2000, seguiu o Instituto Superior de Transportes e Comunicações (ISUTC) (Langa, 2012, p. 29).

Atualmente, o país possui um total de 53 IES divididas em: 19 Universidades, 27 Institutos Superiores, 4 Escolas Superiores e 3 Academias entre públicas e privadas (Moçambique, 2021a), oferecendo cursos de graduação e pós-graduação. A população estudantil desse subsistema de ensino em 2020, no nível da graduação, é composta por 230.151 alunos, assistidos por 13.474 (inclui docentes em tempo parcial), professores dentre licenciados, especialistas, mestres e doutores (Moçambique, 2021b). No grupo dos que exercem a carreira de magistério, encontramos indivíduos com vínculos precários e duradouros (efetivos).

Com base nas estatísticas oficiais do país, não é evidente a existência de atividades de extensão universitária, sobretudo, pelo fato de que esses dados não são coletados para compor as estatísticas oficiais da Educação Superior no país, o que, de alguma forma, impera para que se façam leituras mais acuradas sobre essa atividade junto das comunidades em que as mais diversas IES se encontram inseridas. Todavia, não quer dizer que essas atividades não estejam sendo desenvolvidas. O que ocorre é não termos uma base centralizada sobre as diversas atividades de extensão que podem estar sendo desenvolvidas pelas várias instituições de ensino superior que existem no país. Contudo, podemos visualizar nos relatórios anuais de cada universidade a operacionalização de atividades de extensão universitária. Ter uma base de dados sobre as atividades de extensão feitas pelas diferentes universidades do país pode ser um importante instrumento de avaliação do contato que as instituições fazem com as comunidades, o que ajudaria no “ranqueamento” das próprias instituições em contexto nacional ao buscar aferir o valor delas para a sociedade.

Neste sentido, é importante refletir sobre as contribuições que a universidade pode dar à comunidade envolvente. Dentre as principais contribuições que a universidade pode fomentar destaca-se, tal como documentado por Curi Filho (2018), que

Elas podem gerar empregos para profissionais da região e proporcionar oportunidades de estudo para jovens locais. Os projetos de pesquisas e demais formas de projetos podem cooperar para um impacto científico-tecnológico da região. As universidades podem também influenciar na cultura e imagem da região em que elas estão situadas” (Arbo & Benneworth, 2007; Leten, Landoni & Looy, 2014 *apud* Curi Filho, 2018, p. 18).

O que nós assistimos em contexto nacional sobre as questões que são levantadas por este autor é a “quase” inexistência de estudos que retratem a questão da empregabilidade dos profissionais por ela formados nas regiões em que as universidades se encontram implantadas se calhar como resultado do fato de que as vagas na maioria das universidades públicas, em particular, têm características nacionais. As IES públicas, antes de serem implantadas em determinadas regiões, em parte visam a dar respostas a questões de ordem nacional, uma espécie de instituições de unidade nacional, ou seja, agregadora de pessoas de qualquer canto do país. Todavia, as vagas podem estar sendo ocupadas pelos que residem nas regiões onde as IES se encontram implantadas, uma vez que na generalidade elas não possuem restaurantes universitários e nem lares estudantis. Isso as torna, de certa forma, menos inclusivas para os que não tem condições de se instalar nos locais onde elas se encontram situadas. Mesmo assim, olhando para a dinâmica interna da própria universidade, há impactos que elas podem fomentar nos locais em que se encontram implantados. Neste sentido, podemos afirmar que elas podem atuar

Como vetores do desenvolvimento econômico e social da sociedade, ampliando sua missão básica, de ensino e pesquisa. A inovação emerge como o motor desse processo de transformação, levando a pesquisa à sociedade, atuando como fonte de resolução de problemas e abertura de novas possibilidades (Almeida, 2020, p. 25).

Estes funcionariam como o carro chefe da existência dessas universidades. Mas, questões de ordem econômica da maioria das nossas instituições acabam contribuindo para que elas se tornem mais propensas a não irem além do ensino. Considerando que elas trazem benefícios, “deve-se também ter em conta que a educação constitui sempre um investimento público e individual que traz benefícios coletivos e individuais” (Dubet, 2015, p. 262), o que demandaria maior alocação de recursos (financeiros e humanos) para essas IES, dados os benefícios com impactos coletivos que sua existência traz. Nessa sequência, “as universidades exercem efeitos sociais à medida que contribuem para diminuir as desigualdades e aumentar a

equidade. A educação em si já exerce essa função, [...]” (Almeida, 2020, p. 70). Ainda no entendimento do autor citado anteriormente, com o qual compactuamos quando reflete sobre a tipologia da universidade, a localização e o tipo de vinculação que estabelece,

[...] observa-se dois tipos de universidade: a que está apenas localizada na região, mas não tem vinculação e comprometimento com o desenvolvimento regional, mas envida esforços para impacto nacional e internacional e aquela que, além desse objetivo, tem preocupação com as questões locais/regionais (Almeida, 2020, p. 26).

A oferta excludente e a “impossibilidade” participação comunitária

Refletindo sobre o posicionamento das universidades públicas com a questão do acesso ao Ensino Superior, podemos perceber, com base nos dados da tabela abaixo, que, na generalidade, a maioria das vagas (58,4%) disponibilizadas para o acesso a essas instituições para o ano 2022 são da esfera privada, ou seja, o que Langa (2012) denomina privado de noite e público de dia.

Os dados apresentados na tabela abaixo dizem respeito apenas a instituições públicas de Ensino Superior com a denominação de universidade. Do universo das IES analisadas, a UniZambeze (41,2%) e a UEM (49,9%) apresentam o menor número de vagas disponibilizadas na vertente comercial do público, demonstrando serem mais inclusivas quando comparadas com as demais IES. No mesmo sentido, os dados da tabela nos permitem visualizar a seguinte distribuição das vagas em que a frequência do curso exige o pagamento de mensalidades: a UP (75,6%), a UniPúnguè (75,1%), a UniLicungo (61,7%), a UniLúrio (59,3%), a UniRovuma (58,2%), a UJC (57,1%) e a UniSave (53,5%). Isso denota serem menos inclusivas para os que não têm capacidade de pagar por um curso superior que deveria ser um direito tal como plasmado na Constituição da República (Moçambique, 2018). Assim, todas as universidades públicas existentes no país têm algum curso para o qual cobram taxas ou mensalidades, o que faz com que sejam de certo modo excludentes, mesmo que antes o acesso ao Ensino Superior já fosse excludente.

Tabela 1 - Distribuição de vagas de acesso a IES com denominação de Universidade para o ano letivo de 2022

Instituição	Vagas disponibilizadas			
	Total de vagas	Laboral	Pós-laboral e EaD	% Cobrável
Universidade Eduardo Mondlane (UEM)	5890	2950	2940	49,9
Universidade Pedagógica de Maputo (UP)	3187	777	2410	75,6
Universidade Save (UniSave)	1570	730	840	53,5
Universidade Púnguè (UniPúnguè)	2050	510	1540	75,1
Universidade Licungo (UniLicungo)	2367	907	1460	61,7
Universidade Rovuma (UniRovuma)	4485	1875	2610	58,2
Universidade Joaquim Chissano (UJC)	420	180	240	57,1
Universidade Zambeze (UniZambeze)	2330	1370	960	41,2
Universidade Lúrio (UniLúrio)	1510	615	895	59,3
Total geral	23809	9914	13895	58,4

Fonte: Editais de Exames de admissão ao Ensino Superior Público em Moçambique (UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE, 2021; UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA DE MAPUTO, 2021; UNIVERSIDADE SAVE, 2021; UNIVERSIDADE JOAQUIM CHISSANO, 2021; UNIVERSIDADE ZAMBEZE, 2021; UNIVERSIDADE LÚRIO, 2021).

Os dados patentes na tabela acima encontram respaldo nos achados da pesquisa desenvolvida por Bene *et al.* (2022), em que demonstram uma tendência crescente de omissão do Estado no provimento do acesso à Educação Superior pública gratuita. Esse fato pode estar relacionado, por um lado, ao lançamento da maioria das universidades públicas ao mercado numa tentativa de captar os recursos providenciados pelo mercado (no caso dos que podem pagar pela sua formação), resultando na cobrança de taxas aos que ingressam e, por outro, ao fraco financiamento público para essas instituições, o que compromete até sua existência. Assim,

Confrontando legislação educacional moçambicana com os documentos internacionais sobre o direito à educação, permite-nos inferir que o Estado moçambicano é omissor em assumir a educação como seu dever: responsabiliza o cidadão e a família o dever de buscar e oferecer a educação a si mesma e aos seus educandos [...]. A educação, de um direito humano, parece ter passado a um privilégio das minorias sociais (Gonçalves, 2018, p. 47).

Isso revela algum retrocesso nesta conquista feita pelos moçambicanos. Assim, caminhamos rumo à perda da universidade pública como um patrimônio público quando se cristaliza a ideia de que os alunos devem compartilhar nas despesas de sua formação, não permitindo que os demais sujeitos de condição financeira precária possam adentrar a universidade. Neste sentido,

A universidade corre o risco de se transformar numa qualquer ‘organização’ prestadora de serviços (que, obviamente também têm função social), correndo o risco de deixar de cumprir a sua função como ‘instituição social’, que, naturalmente, aspira à universalidade. A educação, e nomeadamente a educação universitária, deixou de ser concebida como um direito e como um serviço público, passando a ser um serviço e, mais do que isso, um serviço susceptível de ser privatizado e, como tal, alienado (Rocha, 2012, p. 145-146).

Curiosamente, esse dado parece indicar desgaste ao nível das IES públicas quando analisadas as disponibilidades das vagas para o acesso à Educação Superior nas universidades do país para o ano letivo de 2022. Vale destacar que esses dados dizem respeito apenas às instituições cuja denominação é universidade, mas com carácter público, tal como temos enunciado. Assistimos, deste modo, ainda que não na sua totalidade, à privatização do público por meio das estratégias de cobrança de taxas mensais para a frequência dos cursos providenciados por essas instituições (os dados podem ser visualizados na tabela n.º 1). Esse dado já havia sido constatado em pesquisa desenvolvida por Bene e colaboradores (2022), publicada em 2022.

É preciso ressaltar que o Ensino Superior Público não é totalmente gratuito, dado o fato de que a cada semestre de estudos os alunos são convidados a renovarem sua matrícula por meio de pagamento de taxas semestrais. Deste modo, um crescimento do qual a comunidade não pode participar revela um modo cínico de atuação dessas IES sob o pretexto da diversificação das fontes de financiamento demarcadas pela inoperância de suas estruturas de pesquisa, o que as torna menos captadora de recursos independentes.

A cobrança de taxas e mensalidades já constitui um impedimento para a maioria dos que não têm condições de pagar por um curso superior, que é o que caracteriza a maioria da população. Para que estas consigam aceder a esse nível de ensino, uma das formas de colmatar seria a atribuição de bolsas de estudo. As bolsas têm a prerrogativa de ajudar a democratizar o acesso à educação superior permitindo, deste modo, a redução das desigualdades sociais no seu acesso e, conseqüentemente, valoriza a diversidade na Educação Superior (Almeida, 2020).

No contexto moçambicano, não existe reserva de vagas para indivíduos carentes financeiramente. O fato de não existirem essas reservas em momentos anteriores aos Exames de Admissão, condição para o acesso ao Ensino Superior Público, pressupõe dizer que só podem ser pleiteados com as já exíguas quantidades de bolsas de estudo publicadas em editais de acesso à universidade apenas os que tiverem se inscrito nos exames e, por conseguinte, terem sido selecionados para a frequência dos cursos. Isso constitui um “tiro no pé” de quem não tem condições de pagar as despesas para a realização dos exames de admissão.

É preciso pensar no oferecimento de bolsas por um processo que comece antes do período reservado aos exames de admissão e no ensino secundário, pois esse exercício forneceria mais informações sobre a situação econômico-financeira do aluno. O entendimento é de que “o acesso ao Ensino Superior é uma capacitação local e global e quanto maior a oportunidade de acesso à Universidade Pública pela comunidade local fortalecem as possibilidades competitivas do mercado” (Lima *et al.*, 2015, s.p.). No mais, essa aproximação revela, de alguma forma, o compromisso que esse espaço público representa para a vida das comunidades em que elas são provedoras de serviço. Virar as costas a ela é imperiosamente uma rejeição velada à participação desta no desenvolvimento tanto da comunidade quanto da própria universidade ao negar esse papel social tão relevante. Afinal, sua existência depende, sobremaneira, dos recursos que são alocadas por esta por meio do pagamento dos mais variados tipos de imposto.

O auto-interesse excessivo pode limitar as possibilidades de participação comunitária e a universidade facilmente pode estar de costas com a comunidade, impedindo, deste modo, o seu crescimento com ela, como seria desejável de acontecer. Neste sentido, e do ponto de vista prático, as características do auto-interesse podem surgir como resultado do facto de que,

O auto-interesse surge também manifesto em termos de sobrevivencialismo. Isto pode ser caracterizado como uma crescente orientação, frequentemente predominante, rumo ao bem-estar interno da instituição e de seus membros e a um distanciamento das preocupações relacionadas com as questões sociais e educacionais mais amplas no seio da “comunidade”. “A posição de mercado descentralizado constrói uma identidade que responde a estímulos exteriores e não a uma identidade guiada por uma dedicação interior. O contrato substitui o acordo” (Bernstein, 2000, p. 1941 *apud* Ball, 2001, p. 107).

Apropriando-se das reflexões de Squissardi (2008), citando Teixeira (1998), sobre as quatro funções da universidade, especificamente do Brasil, que encontra também respaldo para qualquer que seja a universidade, parece-nos, a julgar pela imensidão dos currículos implantados em nossas instituições, que elas não foram capazes de constituir planos com responsabilidade para a transmissão de uma cultura nacional. O que se assiste é que elas parecem mais vinculadas a projetos exteriores e às vezes desvinculada do contexto nacional. Este fato pode estar associado à ausência de um projeto nacional para as universidades públicas, o que faz com que cada uma delas participe olhando para seus interesses e muitas vezes alicerçadas nas dinâmicas dos locais onde os responsáveis pelo desenho curricular fizeram os seus cursos. Isso não permite que haja a integração dos conhecimentos produzidos nas universidades com os saberes locais e, conseqüentemente, um descompasso com os anseios dos espaços onde elas se encontram inseridas, o que a faz viver “como um reflexo dos demais”

(Teixeira, 1998, p. 34 *apud* Sguissardi, 2008, p. 1010) e não como um reflexo de si mesmo enquanto parte integrante de uma comunidade. Neste sentido,

O pior que pode acontecer à ‘universidade instituição social’ é ela perder a sua relação, melhor, a sua inter-relação com a sociedade, a realidade social envolvente. Mas é o que pode acontecer a uma universidade que se torne num instrumento reprodutor de sistemas inadequados, sem criatividade, de práticas pedagógicas discutíveis e de conteúdos rígidos e muitas vezes desajustados da realidade (Rocha, 2012, p. 149).

No mais, o mesmo autor refere que,

[...] numa perspectiva mais consentânea com a noção de ‘universidade instituição social’, especialmente a universidade pública, é necessário que o Estado não tome a educação pelo prisma da despesa pública e sim como um investimento social e político, até porque [a] educação, e no caso concreto a educação superior, é, regra geral, um direito consagrado constitucionalmente, e não um privilégio, muito menos um serviço (Rocha, 2012, p. 151).

Contudo, não é o que está ocorrendo na maioria das universidades públicas do país. O que está sucedendo nas mais variadas instituições públicas parece um desvio dessa função pelas razões que já foram apresentadas nos parágrafos anteriores. Nesse entendimento, não podemos deixar de ressaltar, tal como vem sendo retratado por Rocha (2012), por compartilharmos a ótica deste autor, que

É absolutamente imperioso que se reforce a universidade ‘instituição social’, tanto através da ampliação da sua capacidade de absorver o maior número de jovens, sobretudo das camadas de condições económicas mais baixas, como através da recusa da privatização dos conhecimentos (Rocha, 2012, p. 152).

Esse exercício pode ser feito, na melhor das hipóteses, por meio da renúncia à sua privatização ou pela abertura de possibilidades para os que querem, mas não possuem recursos suficientes para aceder aos mais variados cursos das universidades públicas e que comprovem a situação de carência financeira possam frequentar sem qualquer encargo financeiro ou com encargo financeiro provido pelo Estado. A seleção poderia começar nas escolas secundárias, pesquisando as condições de vida desses alunos, o que permitiria a identificação dos que não tem condições para arcar com as despesas de sua formação.

Considerações finais

Com uma história recente, a universidade pública moçambicana enfrenta desafios que são do seu tempo, marcados pela escassez de recursos, o que de certa forma coloca a instituição em crise, fazendo com que ela se lance ao mercado como tentativa de busca de pareceria com “o consumidor” dos seus serviços. Aqui o aluno passa a ser considerado um cliente com responsabilidade de arcar com as despesas de sua formação. As universidades públicas, na

maioria delas, estiveram “quase” sempre voltadas ao ensino, deixando de lado a pesquisa e a inovação, vetores que podem captar recursos alternativos. O grande problema desta nova forma de captação de recursos iniciada em 2005 (por meio dos “cursos de extensão” e os pós-laborais), é que vai sendo efetuada em desrespeito à condição social da maioria dos alunos, o que faz com se torne numa instituição excludente. No mais, no desenho curricular, parece que a universidade funciona como se estivesse num conclave em que a comunidade local raramente encontra espaço de participação, o que a torna menos democrática neste sentido. Neste diapasão, é impossível que a mesma cresça com a comunidade sem olhar para as particularidades desta última, de suas necessidades e de suas carências. Em suma, a universidade só pode crescer com a comunidade se elas estiverem juntas em todos os momentos. Algo que parece nos escapar!

Referências

- ALMEIDA, Christiane Miranda Fontes de. **Universidade pública e seu entorno: bibliometria, estado das artes e evidências empíricas: lições para a universidade de Brasília no seu relacionamento com sua comunidade.** 2020. 81 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- BALL, Stephen J. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.1, n.2, p. 99-116, jul/dez, 2001.
- BENE, Leonel Elias; RUMBANE, Sebastião Juvêncio; GARCIA, Fabiane Maia; MOURÃO, Arminda Rachel Botelho. As tensões entre a expansão e as desigualdades sociais no acesso ao ensino superior em Moçambique. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, [S. l.], v. 11, n. 20, p. e68642, p. 1–16, 2022. <https://doi.org/10.5902/2318133868642>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/68642>. Acesso em: 21 jan. 2022.
- COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. **Projeto de pesquisa: entenda e faça.** 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- CURI FILHO, Wagner Ragi. **Impacto da universidade na comunidade: um estudo de caso em uma instituição pública brasileira.** 2018. 104f. Tese (Doutorado em Administração Empresas) - Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2018.
- DUBET, François. Qual democratização do ensino superior?. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 255-265, mai/ago. 2015. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200002>
- GONÇALVES, António Cipriano Parafino. O direito à educação e políticas de expansão do ensino superior público em Moçambique: estagnação, privatização e exclusão (1986-2008). **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n. 1, p. 37-57, mar. 2018. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000100004>

LANGA, Patrício Vitorino. Alguns desafios do ensino superior em Moçambique: do conhecimento experiencial à necessidade de produção de conhecimento científico. In: BRITO, Luís de *et al.* **Desafios para Moçambique 2014**. IESE: Maputo, 2014.

LANGA, Patrício V. A mercantilização do ensino superior e a relação com o saber: a qualidade em questão. **Rev. Cient. UEM, Ser: Ciências da Educação**, v.1, n.0, p. 21-41, 2012.

LIMA, Maria José de Oliveira *et al.* **Universidade na comunidade**. In: 8º Congresso de Extensão Universitária da UNESP “Diálogos da Extensão: do saber acadêmico a prática social”, UNESP-Universidade Estadual “Julio de Mesquita Filho”, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/142420/ISSN2176-9761-2015-01-05-lima-piana.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 fev. 2022.

MATOS, Narciso; MOSCA, João. Desafios do ensino superior. In: BRITO, Luís de *et al.* (Org.). **Desafios para Moçambique, 2010**. IESE, Maputo, 2009.

MECHISSO, Guedes Basílio. Influências das políticas globais na expansão do ensino superior em Moçambique. **Revista Interritórios**, Caruaru, v.6, n.10, p. 352-367, 2020.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Instituições de Ensino Superior**. 2021a. Disponível em: <https://www.mctes.gov.mz/instituicoes-de-ensino-superior/>. Acesso em: 26 mar. 2022.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **Dados Estatísticos do Ensino Superior 2020_21**. 2021b. Disponível em: <http://cloud.mctestp.gov.mz/cloud/index.php/s/HJcltKMqP4wRZv8>. Acesso em: 26 mar. 2022.

MOÇAMBIQUE. Assembleia da República. Lei nº 1/2018 de 12 de junho. Lei da Revisão Pontual da Constituição da República de Moçambique. **BOLETIM DA REPÚBLICA** [da República de Moçambique]. Maputo, 12 jun. 2018.

MOÇAMBIQUE. Assembleia da República. Lei nº 1/93 de 24 de junho. Regula a actividade do ensino superior na República de Moçambique. **BOLETIM DA REPÚBLICA** [da República de Moçambique]. Maputo, 24 jun. 1993.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. **Edital Exames de admissão à UEM**: ano lectivo de 2022. UEM: Maputo, 2021.

UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA DE MAPUTO. **Edital Exames de admissão à Universidade Pedagógica de Maputo, Universidade Licungo, Universidade Púnguè, Universidade Rovuma**: ano académico 2022. Comissão de Exames de Admissão: Maputo, 2021.

UNIVERSIDADE SAVE. **Edital Exames de admissão à UniSave**: ano académico 2022. UniSave: Chongoene, 2021.

UNIVERSIDADE JOAQUIM CHISSANO. **Edital Exames de admissão para o ano lectivo 2022**. Comissão de Exames de Admissão/UJC: Maputo, 2021.

UNIVERSIDADE ZAMBEZE. **Edital Exames de admissão - lectivo 2022**. Universidade Zambeze: Beira, 2021.

UNIVERSIDADE LÚRIO. **Edital Exames de admissão - lectivo 2022**. Universidade Lúrio/Direcção Pedagógica: Nampula, 2021.

ROCHA, Aurélio. A Universidade e a sua função como instituição social. In: SILVA, Teresa Cruz e; COELHO, João Paulo Borges; SOUTO, Amélia Neves de. **Como fazer ciências sociais e humanas em África**: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas. CODESRIA/CLACSO: Dakar, 2012. (Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança).

SILVA, Teresa Cruz e. Liberdade acadêmica e ensino superior em Moçambique. **Tensões Mundiais**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 211–234, 2018. DOI: 10.33956/tensoesmundiais.v7i13jul/dez.593. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/593>. Acesso em: 4 mar. 2022.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302008000400004>.